



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

RUA HALFELD, 955 – FONE: 3313-4700 – FAX: 3313-4923  
36016-000 – JUIZ DE FORA – MG

## PROJETO DE LEI

**Institui o Fundo Municipal de  
Proteção ao Patrimônio Cultural  
(FUMPAC) no Município de  
Juiz de Fora.**

**Projeto nº 125/2019, de autoria  
do Vereador Juraci Scheffer.**

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

**Art. 1º** Fica instituído, nos termos do inciso IX, do art. 167, da Constituição Federal, bem como dos arts. 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural do Município de Juiz de Fora (FUMPAC), com a finalidade de prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural local.

**Art. 2º** A movimentação e a aplicação dos recursos do FUMPAC serão deliberadas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPPAC), instituído pela Lei Municipal nº 10.777, de 15 de julho de 2004.

**Art. 3º** O Fundo funcionará junto à Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), que será seu órgão executor.

**Art. 4º** O FUMPAC destina-se:

**I** - ao fomento das atividades relacionadas ao patrimônio cultural no município, visando à promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção, promoção e preservação do patrimônio cultural local;

**II** - à melhoria da infraestrutura urbana e rural dotadas de bens culturais protegidos;

**III** - à guarda, conservação, preservação e restauro dos bens culturais protegidos existentes no município;

**IV** - ao treinamento e capacitação de membros dos órgãos vinculados à defesa do patrimônio cultural municipal;

**V** - à manutenção e criação de serviços de apoio à proteção do patrimônio cultural no município, bem como à capacitação de integrantes do COMPPAC e servidores dos órgãos responsáveis pelas ações relacionadas à preservação do patrimônio cultural.

**Art. 5º** Constituirão recursos do FUMPAC:

**I** - dotações orçamentárias e créditos que lhes forem destinados pelo município;



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

RUA HALFELD, 955 – FONE: 3313-4700 – FAX: 3313-4923  
36016-000 – JUIZ DE FORA – MG

**II** - contribuições, transferências de pessoas físicas ou jurídicas, instituições públicas ou privadas, subvenções, repasses e donativos em bens ou em espécie;

**III** - o produto das multas aplicadas em decorrência de infrações ou irregularidades cometidas contra o patrimônio;

**IV** - os rendimentos provenientes da aplicação de seus recursos;

**V** - parte dos repasses recebidos pelo município a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), através do critério do Patrimônio Cultural;

**VI** - as resultantes de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

**VII** - rendimentos provenientes de suas operações ou aplicações financeiras.

**Art. 6º** Os recursos do FUMPAC serão depositados em conta especial, em instituição financeira.

**Parágrafo único.** O eventual saldo não utilizado pelo FUMPAC será transferido para o próximo exercício, a seu crédito.

**Art. 7º** Os recursos do FUMPAC serão aplicados:

**I** - nos programas de promoção, conservação, restauração e preservação de bens culturais protegidos existentes no município;

**II** - na promoção e financiamento de estudos e pesquisas de desenvolvimento cultural relacionado ao patrimônio cultural;

**III** - nos programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos serviços de apoio à cultura e dos membros do COMPPAC;

**IV** - no custeio parcial ou total de despesas de viagens dos membros do COMPPAC e da equipe técnica do setor responsável pelas políticas de preservação do patrimônio no município, desde que sua destinação seja comprovada em relação à capacitação para o desenvolvimento de políticas culturais para o patrimônio cultural;

**V** - na aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo destinados ao desenvolvimento das atividades do COMPPAC e do órgão responsável pela política municipal de proteção ao patrimônio cultural;

**VI** - em outros programas desenvolvidos pelo município, de acordo com deliberação específica dos membros do COMPPAC.

**Parágrafo único.** Na aplicação dos recursos do FUMPAC deverá haver estrita observância das exigências licitatórias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

**Art. 8º** Serão abertos editais, facultando a pessoas físicas e jurídicas a apresentação de projetos a serem custeados pelo FUMPAC.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

RUA HALFELD, 955 – FONE: 3313-4700 – FAX: 3313-4923  
36016-000 – JUIZ DE FORA – MG

**Parágrafo único.** As pessoas beneficiadas pelo Fundo deverão comprovar previamente sua regularidade jurídica e fiscal, bem como a qualificação técnica dos profissionais envolvidos no projeto a ser executado.

**Art. 9º** O projeto será apreciado pelo setor municipal competente e encaminhado ao COMPPAC, o qual terá a competência para dar parecer aprovando, reprovando ou propondo alterações ao projeto original.

**§1º** Para avaliação dos projetos, o COMPPAC deverá levar em conta os seguintes aspectos:

- I** - aspecto orçamentário do projeto, pela relação custo-benefício;
- II** - retorno de interesse público;
- III** - clareza e coerência nos objetivos;
- IV** - criatividade;
- V** - importância para o município;
- VI** - universalização e democratização do acesso aos bens culturais;
- VII** - enriquecimento de referências estéticas;
- VIII** - valorização da memória histórica da cidade;
- IX** - princípio de equidade entre as diversas áreas culturais possíveis de serem incentivadas;
- X** - princípio da não concentração por proponente;
- XI** - capacidade executiva do proponente, a ser aferida através da análise de seu currículo;
- XII** - cronograma de execução das atividades.

**§2º** A FUNALFA, por meio de sua equipe técnica, deverá emitir previamente à deliberação do COMPPAC.

**Art. 10.** Havendo aprovação do projeto na íntegra ou com as alterações sugeridas pelo COMPPAC será esse encaminhado à FUNALFA, visando à homologação final, para fins de liberação dos recursos.

**Art. 11.** Uma vez homologado o projeto, será celebrado instrumento de convênio entre a municipalidade e o beneficiário dos recursos, estabelecendo todas as obrigações das partes, nas quais constará, em especial, a previsão de:

- I** - repasse dos recursos de acordo com cronograma e comprovação da execução das etapas do projeto aprovado;



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

RUA HALFELD, 955 – FONE: 3313-4700 – FAX: 3313-4923  
36016-000 – JUIZ DE FORA – MG

**II** - devolução ao FUMPAC dos recursos não utilizados ou excedentes;

**III** - sanções cíveis, caso constatadas irregularidades na execução do projeto ou na sua prestação de contas, podendo haver inclusive a proibição de o beneficiário receber novos recursos do FUMPAC pelo prazo de até 30 anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais cabíveis;

**IV** - observância das normas licitatórias.

**Art. 12.** Aplicar-se-ão ao FUMPAC, as normas legais de controle, prestação e tomada de contas em geral, sem prejuízo de competência específica da Câmara Municipal de Juiz de Fora e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Parágrafo único.** Incumbe ao município, a realização de inspeções e auditorias objetivando acompanhar a execução dos projetos aprovados e as respectivas prestações de contas, bem como solicitar dados e informações que otimizem o monitoramento, o aperfeiçoamento e a avaliação das ações e projetos vinculados ao FUMPAC.

**Art. 13.** Os relatórios de atividades, receitas e despesas do FUMPAC serão apresentados trimestralmente à FUNALFA.

**Art. 14.** Ocorrendo a extinção do FUMPAC, os bens permanentes adquiridos com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal.

**Art. 15.** O funcionamento, a gestão e a aplicação dos recursos do FUMPAC pautar-se-ão pela estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, sustentabilidade, ampla defesa, contraditório, transparência, probidade, decoro e boa fé, estando os seus gestores e beneficiários sujeitos à responsabilização administrativa, civil e penal em caso de ato ilícito.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 5 de junho de 2020.



**LUIZ OTÁVIO FERNANDES COELHO**  
Presidente



**WANDERSON CASTELAR GONÇALVES**  
1º Secretário